

A PESQUISA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES NO BRASIL: debate e embate acerca da formação do professor-pesquisador

Avanço de investigação em curso

GT 25 - Educação e desigualdade social

Suzana Maria da Silva- Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE / Centro Acadêmico do Agreste - CAA

RESUMO

Este artigo apresenta a produção discursiva em torno do papel/ lugar da pesquisa na formação inicial de professores, a partir da Lei Nº 9.394/96 (LDB) e o Decreto Nº 3. 276/1999 promulgados pelo Ministério da Educação (MEC) e dos Boletins e Documentos Finais da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE). Para tanto, buscamos resposta a seguinte inquietação: Quais os direcionamentos apontados pelo MEC e pela ANFOPE à formação do professor/pesquisador na formação inicial de professores? Como base teórica se apoia em Weber (2000), Gatti (2010), Brandão (2002) e Macedo (2001), e toma como caminho teórico-metodológico a Análise do Discurso (AD) na perspectiva trabalhada por Orlandi (2010).

PALAVRAS-CHAVE: MEC; ANFOPE; Professor/pesquisador

Introdução

Este artigo apresenta a produção discursiva em torno do papel/ lugar da pesquisa na formação inicial de professores, a partir dos discursos: do Ministério da Educação (MEC) e da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE). Para tanto, estrutura-se a partir de uma revisão teórica que toma como fontes de pesquisa as propostas de educação superior do MEC através da Lei Nº. 9. 394 de 23 de dezembro de 1996 (LDB) e o Decreto Nº. 3.276 de 06 de dezembro de 1999, que instituem disposições sobre a educação e a formação em nível superior de professores para atuação na educação básica, bem como, os Boletins e Documentos finais da ANFOPE. Ao analisarmos esses documentos buscamos anunciar os discursos e os sentidos que se corporificam nessas propostas de formação acerca da pesquisa para a formação inicial de professores.

Assim, a partir das produções discursivas acerca da formação de professores, buscamos resposta à seguinte inquietação: quais os direcionamentos apontados pelo MEC e pela ANFOPE à formação do professor-pesquisador na formação inicial de professores? Trazemos esse questionamento, em razão das marcas históricas que cercam a pesquisa em educação no Brasil, bem como, o papel atribuído historicamente à instância universitária, a qual tem como um de seus objetivos *a produção do conhecimento e do saber nas diferentes áreas*, o que implica pensar na *indissociabilidade entre pesquisa e ensino* (Weber, 2000), de modo a propiciar uma formação ancorada na pesquisa e com o compromisso de sistematizar e produzir o conhecimento.

Logo, pensar a formação inicial de professores significa compreender os caminhos que a envolvem, entendendo que a formação não se dá unicamente por um único viés. Diante desses prerrogativas, é imprescindível uma formação que possibilite

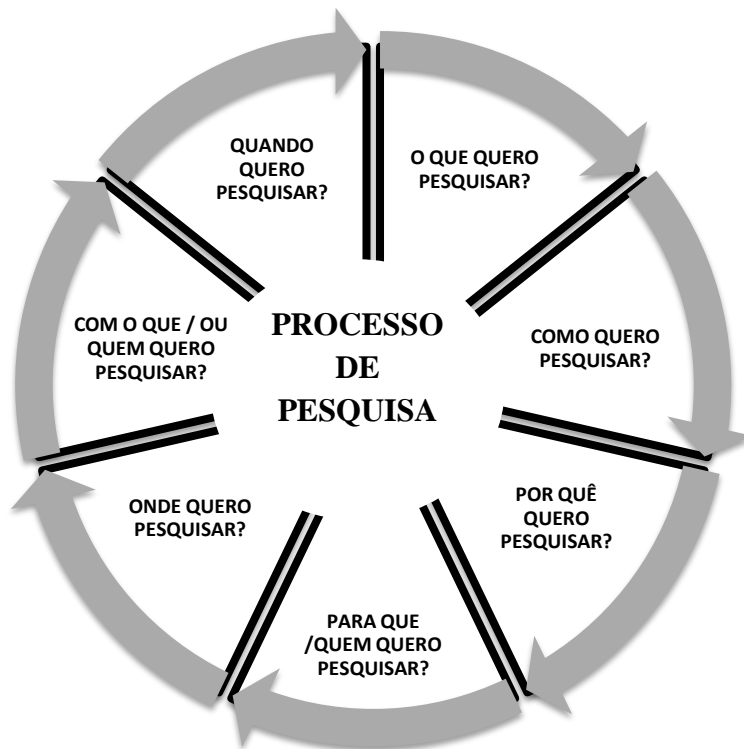
[...] ao futuro professor, a construção de uma identidade profissional com os saberes docentes necessários às exigências da população envolvida e as demandas atuais. É preciso investir numa formação que vincule teoria e prática desde o início do curso, a partir da pesquisa e de efetiva inserção no interior da escola. É preciso repensar as políticas de formação a partir das exigências internas de formação, dos processos didático-pedagógicos, curriculares e organizacionais necessários para que, efetivamente, expressem o perfil de formação necessário a atender as demandas reais da escola. (Leite; Ghedin; Almeida 2008, p. 48-49)

Ao pensarmos as questões acima assinaladas percebemos o quão conflitante elas são, pois ao referir-se a pesquisa em educação no Brasil, Gatti (2010) sinaliza que as universidades brasileiras não nasceram conjugando *pesquisa e ensino*, na verdade, estavam direcionadas *em sua grande maioria ao ensino e oferta de um diploma profissionalizante*. Ao considerarmos que a pesquisa em educação no país, ganha notoriedade apenas a partir da institucionalização da reforma *universitária de 1968*, quando por intermédio da mesma, *institucionalizou-se os cursos de pós-graduação* (mestrado e doutorado) e, conseqüentemente, o incremento das atividades de pesquisa nesses cursos, não havendo, no entanto, o mesmo incentivo aos cursos de *graduação*. Já que as *atividades de pesquisa* em razão das *características históricas* e de *financiamento* das universidades brasileiras se restringiu a *algumas universidades não recobrando todas as áreas de atuação acadêmica*, (Weber, 2000).

Na verdade, a própria *educação brasileira* passou e ainda passa por um processo de *transformação* e mudança do *status social*, antes entendida como *sacerdócio* e ou *missão* e hoje como um processo *fragmentado* (Brandão, 2002) e dominado por embates políticos, que expõem, entre outros elementos, a fragilidade da pesquisa e o desafio à formação de *professores-pesquisadores* (Diniz-Pereira, 2008), bem como, o rompimento com concepções hegemônicas de formação docente.

Abordamos essa discussão por entendermos que a pesquisa tem se tornado um dos elementos essenciais à reflexão e instrumento de comunicação entre os sujeitos. À medida que propicia uma série de questionamentos que ao inquietar o sujeito definem uma nova forma de olhar o objeto, questões que podemos encontrar no diagrama a seguir:

- **Inquietações provocadas pela pesquisa à realização do processo de investigação.**



Apontamos esses questionamentos, pois a pesquisa atua como um elo entre teoria e prática, e como elemento que subsidiará reflexões e críticas mais concisas acerca do fenômeno a ser estudado, pois, a partir do momento que se toma consciência de dado conhecimento evita-se “achismos” e conseqüentemente decisões baseadas neles. Ao levarmos em consideração, que “pesquisar é avançar fronteiras, é transformar conhecimento e não fabricar análises segundo determinados formatos. Balizas, sim, consciência, sim, plausibilidade, sim, aprisionamento do real em dogmas, não” (Gatti, 2010, p. 57). O que enfatiza o fato que pesquisar é enunciar problemas, é reflexão e auto-reflexão no processo de descoberta do conhecimento, e do alargamento de suas fronteiras.

Tecendo algumas considerações sobre a formação do professor-pesquisador nos discursos do MEC e da ANFOPE

Entendendo que “as ações educacionais estão entre propiciar a transformação ou exacerbar a exclusão” (Gatti, 2005, p. 604), buscamos através da análise dos discursos presentes nos textos do MEC e da ANFOPE, elementos que nos permitam compreender como se dá a formação do professor-pesquisador na formação inicial de professores.

Diante disso, entendendo, que é mister ao sujeito em formação, aprender a *discutir ciência* e seus *caminhos de construção*, para que posteriormente atinja a condição de *elaborador de ciência* (Demo, 2006), gostaríamos de acrescentar que buscamos a compreensão desses discursos, dada a pobreza de determinados programas de formação de professores em propor uma formação condizente com a responsabilidade social da profissão.

Nessa perspectiva, buscamos a compreensão desses elementos mediatizados pela Análise do Discurso (AD), por entendermos que a AD “[...] visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (Orlandi, 2010, p. 26). Assim, conscientes que o discurso possui sentidos variados, tomamos a pesquisa como um dos elementos desse

trabalho, dada a necessidade em compreender o que a ANFOPE e o MEC nos apresentam enquanto discurso em relação a pesquisa na formação inicial de professores no atual cenário educacional brasileiro.

Para tanto, iniciaremos essa discussão apresentando as análises referentes ao discurso do MEC no que toca a Lei Nº 9. 394/96 em seu Artigo 43, e o Decreto Nº 3. 276/1999, leis estas que se inserem num contexto global de discussões a respeito das problemáticas educacionais, para posteriormente passarmos às análises numa ótica local, representado pelos Boletins (Nº 6, agosto de 1997 / Nº 13, fevereiro de 2001 e Nº 15, dezembro de 2001) e os Documentos Finais (Do IV ENCONTRO NACIONAL de julho de 1989 – e do V ENCONTRO NACIONAL de julho de 1990).

Análise – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - LEI Nº 9. 394/96

LEI Nº 9. 394/96		
CAPITULO IV - DA EDUCAÇÃO SUPERIOR		
SUJEITO ENUNCIADOR	ENUNCIADO	SIGNIFICADOS
MEC/BRASIL	Art. 43. Finalidade da educação superior	- estimular o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
		- formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
		- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, como meio de desenvolvimento;
		- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos;
		- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e integração dos conhecimentos adquiridos;
		- estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
		- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

FONTE: <http://portal.mec.gov.br> Período da consulta: Agosto/2013.

No presente quadro focamos nossa análise no Artigo 43 o qual dispõe as finalidades para a educação superior, sinalizando os elementos que obrigatoriamente precisam estar presentes na formação acadêmica do sujeito. Esse texto evidencia a importância de formar o diplomado numa perspectiva reflexiva, para que o mesmo possa pluralizar e socializar o conhecimento adquirido. Além disso, incentiva o trabalho de pesquisa e investigação científica em prol do desenvolvimento da ciência, no entanto, são elementos que se apresentam de forma pontual, ou seja, faz parte do discurso, mas não se percebe meios concretos de materialização na prática.

No entanto, quando analisamos o *Titulo VI – Dos profissionais da Educação*, principalmente no que toca a formação de professores para atuar na educação básica, pouco se percebe a presença de elementos que sinalizem a pesquisa como base a formação do professor. Nesse texto, menciona-se a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço, não havendo, além disso, outros tópicos que melhor expusessem a necessidade de uma formação voltada ao professor-pesquisador.

Com isso, percebe-se que o discurso legal, não aprofunda a necessidade de formar o sujeito professor na e para a pesquisa, ele traz de modo geral a necessidade de um sujeito diplomado que articule teoria e prática, o qual pode ser integrante de qualquer outra área do conhecimento, mas no tocante a docência e ao professor-pesquisador, pouco se discute. Isso ocorre, pois, como pontua Macedo (2001) o discurso governamental tem sua base na legitimidade e na executabilidade da Lei, nesse caso a Lei Nº 9.394/96, o princípio que o rege é o da implementação, ou seja, a preocupação está em fazer vivenciar aquilo que o documento impõe sem, no entanto, inferir grandes reflexões a respeito.

Essa observação também se faz presente no decreto a seguir o qual dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, e outras providências. Nesse documento legal, podemos perceber que se ressalta um conjunto de habilidades a serem adquiridas pelo professor em formação, sem, no entanto, haver outras disposições que envolvam a formação do professor-pesquisador. O domínio da técnica apresenta-se como eixo norteador para a formação do professor.

Análise – Decreto Nº. 3.276 de 06 de dezembro de 1999

SUJEITO ENUNCIADOR	ENUNCIADOS
MEC/BRASIL	<ul style="list-style-type: none"> - formação básica comum, com concepção curricular integrada, de modo a assegurar as especificidades do trabalho do professor na formação para atuação multidisciplinar e em campos específicos do conhecimento; - a formação de professores deve incluir as habilitações para a atuação multidisciplinar e em campos específicos do conhecimento; - domínio dos conteúdos a serem socializados, de seus significados em diferentes contextos e de sua articulação interdisciplinar; - domínio do conhecimento pedagógico, incluindo as novas linguagens e tecnologias, considerando os âmbitos do ensino e da gestão, de forma a promover a efetiva aprendizagem dos alunos.

FONTE: <http://portal.mec.gov.br> Período da consulta: Agosto/2013

Por outro lado, quando focamos essa discussão nos Boletins e Documentos Finais da ANFOPE, percebemos marcas discursivas que nos apontam uma preocupação maior na construção de uma política

global de formação dos profissionais da educação, a qual inclui a formação do professor-pesquisador. Conforme podemos observar no quadro a seguir:

Análise - Boletins da ANFOPE

SUJEITO ENUNCIADOR	ENUNCIADOS
BOLETIM ANFOPE ANO IV – Nº 6 - AGOSTO DE 1997	<ul style="list-style-type: none"> - Os Profissionais da Educação em todos os níveis de escolaridade deverá ter como pressuposto a relação entre: <ul style="list-style-type: none"> • Teoria e prática; • Ensino e pesquisa; • Conteúdo específico e conteúdo pedagógico; - A organização curricular deverá orientar-se pelas seguintes diretrizes: <ul style="list-style-type: none"> • Docência como base da formação profissional; • Trabalho pedagógico como foco formativo; • Sólida formação teórica; • Incorporar a pesquisa como princípio de formação; • Proporcionar a reflexão sobre a formação do professor.
BOLETIM ANFOPE ANO VII – Nº 13 - FEVEREIRO DE 2001	<ul style="list-style-type: none"> - Não mais se pode pensar as licenciaturas de modo fragmentado; - Base Comum Nacional.
BOLETIM ANFOPE ANO VII – Nº 15 – DEZEMBRO DE 2001	<ul style="list-style-type: none"> - A base do trabalho do/a professor/a é a docência; - Unidade entre teoria e prática que resgate a práxis da ação educativa; - Sólida formação interdisciplinar; - Avaliação permanente dos processos de formação.

FONTE: <http://anfope.spaceblog.com.br> Período da consulta: Agosto/2013

Os elementos assinalados nesses documentos nos apontam sentidos, que destoam dos paradigmas legais, pois a preocupação centra-se na formação de um profissional que domine o seu fazer pedagógico, que articule o conhecimento, que tenha como chão bases teóricas sólidas que permitam, tanto ao professor, quanto a instituição que o forma, refletir sobre a práxis educativa.

Não obstante, esses enunciados nos convidam a pensar a necessidade de uma formação de professores que propicie aos sujeitos em formação compreender o processo educativo, bem como, entender que “[...] pensar o curso de formação de professores significa destacar alguns eixos dessa formação. Dentre eles o papel/lugar da pesquisa na formação do professor” (Almeida e Guimarães, 2010, p. 16), tendo em vista que é imprescindível ao sujeito em formação aprender a discutir os caminhos que propiciam a construção do conhecimento científico. Nessa ótica, compreender como se dá o processo formativo é necessário para que mudanças ocorram no processo educativo, pois,

o professor precisa ter mais condições de compreender o contexto social no qual ocorre o processo ensino/aprendizagem, contexto no qual se mesclam diferentes interesses e valores, bem como mais clareza para examinar criticamente o processo da educação existente no país. (Leite; Ghedin; Almeida, 2008, p. 31)

E isso requer uma formação cujos princípios convirjam à pesquisa e a formação de um sujeito reflexivo. Logo, quando apontamos o mapeamento dos Documentos Finais da ANFOPE, podemos perceber os seguintes discursos:

Análise – Documentos Finais da ANFOPE

SUJEITO ENUNCIADOR	ENUNCIADOS
DOCUMENTO FINAL IV ENCONTRO NACIONAL JULHO DE 1989	<ul style="list-style-type: none"> - A docência constitui a base da identidade profissional de todo educador; - A teoria e a prática devem ser consideradas o núcleo integrador da formação do educador, posto que devem ser trabalhadas de forma a constituírem unidade indissociável; - Os cursos de formação do educador deverão ser estruturados de forma a propiciar o trabalho interdisciplinar e a iniciação científica no campo da pesquisa em educação.
DOCUMENTO FINAL V ENCONTRO NACIONAL JULHO DE 1990	<ul style="list-style-type: none"> - A ênfase na prática tem criado uma falsa crença de que a formação teórica dos cursos de formação do profissional da educação é satisfatória. Tal formação, no entanto, deixa muito a desejar; - A LDB deve incluir a garantia de uma base comum nacional nos currículos dos cursos de formação de educadores; - A relação teoria/prática pedagógica deve perpassar todo o curso não se restringindo apenas ao estágio;

FONTE: <http://anfope.spaceblog.com.br> Período da consulta: Agosto/2013

Ao observarmos os enunciados apontados por esses dois documentos, percebemos elementos que vão de encontro aos enunciados tratados nos Boletins, ambos trazem diferentemente da Lei governamental a docência como base da profissão docente, apontando uma formação que seja perpassada pela pesquisa durante todo o seu transcorrer.

Nessa ótica, a ANFOPE por meio dos discursos dos seus Boletins e Documentos Finais evidencia a preocupação com uma formação engajada com a construção do conhecimento, o qual inclusive se dê de forma integrada e não fragmentada. Sinaliza inclusive a necessidade de compreendermos que “[...] o texto não é apenas uma frase longa ou uma soma de frases. Ele é uma totalidade com sua qualidade particular, com sua natureza específica” (Orlandi, 2010, p. 18). Nesse sentido, esses textos nos apontam mais do que palavras e normatizações, eles nos apontam caminhos a serem percorridos pela formação inicial de professores, os quais possam contribuir com a formação de sujeitos críticos e engajados com a mudança da sociedade a qual pertencem historicamente.

Além disso, esses enunciados evidenciam como nos aponta Maciel (2011), que o ensino sem pesquisa está morrendo, por si só, pois não há construção de conhecimento novo, há apenas reprodução do que já foi produzido por outros, ratificando a necessidade de se discutir a formação do professor pela pesquisa.

Primeiras Conclusões

Quando canalizamos nesse trabalho nossas inquietações acerca da formação inicial de professores, buscamos entender como a formação desses profissionais se configura no campo governamental através da Lei Nº. 9. 394 de 23 de dezembro de 1996 (LDB) e do Decreto Nº. 3.276 de

06 de dezembro de 1999, e no campo do discurso da ANFOPE por intermédio dos Boletins e Documentos Finais da ANFOPE. Documentos esses que dispõem sobre a formação de professores em nosso país como já observado nos períodos anteriores desse texto.

Logo, elencamos esses documentos mediante nosso propósito de entender as singularidades e/ou similitudes no trato a pesquisa na formação inicial, ou seja, como esses espaços discursivos compreendem a formação do professor-pesquisador. Nessa direção, a partir da leitura desses textos, foi possível compreender que os discursos presentes nos documentos do MEC nos revelam um modelo de formação distanciado da pesquisa, a medida que apontam um conjunto de elementos brevemente anunciados porém não desenvolvidos, ou seja, sinaliza o estímulo ao desenvolvimento do espírito crítico e pensamento reflexivo, no entanto, não contempla a materialização dessa dimensão.

Por outro lado, quando nos debruçamos nos textos da ANFOPE os direcionamentos acerca da formação do professor-pesquisador apresentam-se de forma mais concreta, à medida que toma a docência como base da identidade docente e a relação teoria e prática como núcleo integrador da formação docente. Percebe-se também a preocupação com uma formação humana que permita o aprofundamento do conhecimento adquirido, não tecnicamente, mas de forma interdisciplinar. A preocupação transcende a aquisição de saberes instrumentais, embora esses também façam parte da formação do sujeito professor, mas o foco está na construção de saberes que propiciem ao sujeito refletir sua prática docente.

Referências

- Almeida, L. A. A.; Guimarães, O. M. S. (2010). Os saberes docentes e a pesquisa no curso de pedagogia. In: Silva, A.; Salles, C. G. N. L. (orgs.). *Temas em Educação: diálogos contemporâneos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE. (Série Livro Texto).
- Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, (1989). *Documento Final. IV Encontro Nacional*. Belo Horizonte. Recuperado em 10 de fevereiro de 2012, do site da Unicamp: <http://lite.fae.unicamp.br/anfope>.
- Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, (1990). *Documento Final. V Encontro Nacional*. Belo Horizonte. Recuperado em 10 de fevereiro de 2012, do site da Unicamp: <http://lite.fae.unicamp.br/anfope>.
- Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, (1997). *Boletim, ano IV, Nº 6 de agosto*. Recuperado em 20 de março de 2012, do site da Unicamp: <http://lite.fae.unicamp.br/anfope>.
- Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, (2001). *Boletim, ano VII, Nº 13 de fevereiro*. Recuperado em 20 de março de 2012, do site da Unicamp: <http://lite.fae.unicamp.br/anfope>.
- Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, (2001). *Boletim, ano VII, Nº 15 de dezembro*. Recuperado em 20 de março de 2012, do site da Unicamp: <http://lite.fae.unicamp.br/anfope>.
- Brandão, Z. (2002). *Pesquisa em Educação: conversas com pós-graduandos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola.

- Decreto nº. 3.276/99 de 6 de dezembro. *Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, e dá outras providências*. Brasília: Gráfica do Senado.
- Demo, P. (2006). *Pesquisa: princípio científico e educativo*. 12. ed. São Paulo: Cortez.
- Diniz- Pereira, J. E. (2008). A pesquisa dos educadores como estratégia para construção de modelos críticos de formação docente. In: Diniz-Pereira, J. E.; Zeichner, K. M. *A pesquisa na formação e no trabalho docente*. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica.
- Gatti, B. A. (2005). Pesquisa, educação e pós-modernidade: confrontos e dilemas. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 35, n. 126. Recuperado em 10 de outubro de 2012, do site do Scielo: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742005000300004&lng=pt&nrm=iso.
- Gatti, B. A. (2010). *A construção da pesquisa em educação no Brasil*. 3. ed. Brasília: Líber Livro Editora. (Série Pesquisa, 1).
- Lei nº. 9.394/96 de 20 de dezembro. Estabelece diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília: Gráfica do Senado, ano CXXXIV, Nº. 248, 23/12/96, pp. 27833-41.
- Leite, Y. U. F.; Guedin, E.; Almeida, M. I. (2008). *Formação de Professores: caminhos e descaminhos da prática*. Brasília: Líber Livro Editora.
- Macedo, L. S. (2001) *As políticas de formação de professores para o ensino fundamental: legitimação e resistência*. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Maciel L. S. B. (2011). Formação de professores - passado, presente e futuro: o curso de Pedagogia. In: Maciel, L. S. B.; Neto, A. S. (orgs.). *Formação de professores: passado, presente e futuro*. 2ª ed: São Paulo: Cortez, p. 15-34.
- Orlandi, E. P. (2010). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 9. ed. Campinas, SP: Pontes Editores.
- Weber, S. (2000). Políticas do ensino superior: perspectivas para a próxima década. Avaliação (Campinas), Sorocaba, v. 05, n. 01. Recuperado em 10 de agosto de 2013, do site do Educa: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772000000200003&lng=pt&nrm=iso.